

A Terceirização no Serviço Público

Demonstrando total falta de comprometimento com a qualidade da prestação de serviços públicos na cidade, o prefeito de Jacareí, Hamilton R. Mota (PT), insiste nas políticas de terceirização e contratação temporária.

Atualmente, a terceirização não se restringe às atividades de apoio. Pelo contrário, avança cada vez mais sobre as atividades fim.

Serviços antes executados por trabalhadores de carreira, com qualidade e a menor custo, foram transferidos para terceiros, que priorizam apenas o lucro de capital.

No SAAE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto, pequenas extensões de redes, novas ligações prediais de água e esgoto, troca de hidrômetros, cortes e religações de água, são executados por terceiros. E não para por aí: parte da manutenção de redes e ramais prediais, bem como a manutenção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto, também já foi entregue de bandeja às empresas privadas, conhecidas como “gatas”.

Tornou-se rotina as ocorrências de retrabalho, referentes às ordens de serviços passadas para as empreiteiras, ou seja: serviços mal executados, que acabam sendo refeitos por equipes do próprio SAAE. Dinheiro jogado fora e desgaste da imagem da Autarquia junto ao contribuinte.

O presidente interino do SAAE, engenheiro André Luiz Carneiro, funcionário de carreira competente, experiente na operação dos sistemas de água e esgoto, se permanecer no cargo, terá um grande desafio para reverter esta situação: investir na capacitação e melhoria das condições de trabalho, visando a formação profissional de novos quadros técnicos.

Quanto ao pagamento de salários decentes, pré-requisito para reverter o quadro atual, a responsabilidade cabe ao prefeito, que além de manter o arrocho salarial dos servidores de carreira, retira direitos como o vale refeição.

Já a contratação temporária, expediente utilizado pela administração pública como instrumento de política financeira, visando apenas à redução da folha de pagamento que já é baixa, complementa a opção do prefeito por políticas de sucateamento do serviço público.

Nas áreas mais importantes da administração municipal, como educação, saúde e infraestrutura, a contratação de temporários, de forma abusiva (Lei 4550), corre solta.

Cerca de 40% dos professores do ensino fundamental da rede municipal são temporários, acarretando a rotatividade de profissionais em sala de aula, prejudicando a formação escolar dos alunos.

A contratação temporária de médicos e vários profissionais da saúde, inviabiliza o vínculo do profissional com seus pacientes, descaracterizando inclusive a essência do programa de saúde da família.

Cabe ressaltar o prejuízo desta política sobre o IPMJ (Instituto de Previdência do Município de Jacareí), uma vez que trabalhadores terceirizados e temporários não contribuem para o Instituto, o que compromete a capitalização financeira destinada ao pagamento de aposentadorias e pensões.

Tratam-se de políticas voltadas para o interesse eleitoral, sem compromisso com o interesse coletivo, uma vez que movimenta muito dinheiro que, com certeza não cabe apenas no caixa 1, e que precisa ser combatida não somente pelos trabalhadores públicos, mas também pela população em geral.

Décio Moreira Neto - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do SAAE de Jacareí

Sônia Evarista da Silva – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Jacareí